ISSN 2182-6331

02
2015

BEORAM

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Índice

Apresentação 4
1. Síntese global 5
2. Subsetor do Governo Regional 6
2.1. Síntese 6
2.2. Receita 8
2.3. Despesa 10
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR 16
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas 16
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR 17
4. Dívida não Financeira da Administração Regional 22
5. Conceitos aplicados 24
6. Siglas e abreviaturas 25
7. Índice de Quadros 26

♦ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica – por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de janeiro de 2015.

♦ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2015 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro) € Milhares

	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	**73 741,7**	**16 416,2**	**24 251,9**	**81 227,3**
Impostos diretos	0,0	70,9	0,0	70,9
Impostos indiretos	29 142,3	5,0	0,0	29 147,4
Contribuições de Segurança Social	283,1	0,0	0,0	283,1
Outras receitas correntes	44 316,3	16 340,2	24 251,9	51 726,0
Transferências correntes	43 010,7	15 535,1	21 223,7	46 587,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	42 920,4	196,5	50,2	43 167,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	12 110,5	21 071,9	0,0
Receita de capital	**38,5**	**3 267,1**	**1 404,5**	**2 892,4**
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências capital	30,4	3 266,8	1 402,7	2 882,1
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	415,0	1 402,7	0,0
Receita efetiva	**73 780,2**	**19 683,3**	**25 656,4**	**84 119,7**
Despesa corrente	**88 615,7**	**7 710,6**	**17 162,8**	**80 306,6**
Consumo público	28 563,3	4 800,7	15 965,5	49 329,5
Despesas com o pessoal	25 599,4	2 195,2	8 635,2	36 429,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2 963,9	2 605,5	7 330,3	12 899,6
Subsídios	369,1	253,1	0,0	622,2
Juros e outros encargos	22 459,3	0,1	477,7	22 937,2
Transferências correntes	37 223,9	2 656,7	719,6	7 417,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	130,1	0,0	130,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	33 182,4	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	**5 577,6**	**2 969,3**	**5 795,8**	**12 525,0**
Investimento	2 227,7	0,8	5 795,8	8 024,3
Transferências de capital	3 350,0	2 968,4	0,0	4 500,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	107,7	0,0	107,7
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	1 817,7	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	**94 193,3**	**10 679,8**	**22 958,6**	**92 831,6**
Saldo global	**-20 413,1**	**9 003,5**	**2 697,7**	**-8 711,9**
Por memória:				
Saldo corrente	-14 874,0	8 705,6	7 089,0	920,7
Despesa corrente primária	66 156,3	7 710,4	16 685,1	57 369,4
Saldo corrente primário	7 585,4	8 705,8	7 566,7	23 857,9
Saldo de capital	-5 539,1	297,8	-4 391,3	-9 632,6
Despesa primária	71 734,0	10 679,7	22 480,9	69 894,4
Saldo primário	2 046,3	9 003,6	3 175,4	14 225,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de janeiro de 2015, o saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 8,7 em milhões de euros. O saldo primário ascende a 14,2 milhões de euros e o saldo de capital é deficitário em 9,6 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 92,8 milhões de euros e a uma despesa primária de 69,9 milhões de euros. A receita efetiva ascendeu a 84,1 milhões de euros.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado em janeiro de 2015, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -20,4 milhões euros, o que representa uma variação de -1,9 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância decorre da trajetória descendente do saldo de capital, motivada pelo aumento da despesa e diminuição da receita, que se traduz numa variação homóloga de -11,7 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do acréscimo das transferências de capital face ao registado até final de janeiro de 2014 motivada, essencialmente, pelo pagamento de encargos de anos anteriores. A *despesa efetiva* registou um acréscimo de 2,7% face ao ano de 2014, com a receita *efetiva* também a evoluir positivamente (0,8%). Especificamente, em 2015, o *saldo de capital* apresenta-se deficitário em 5,5 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 11,7 milhões de euros face ao ano anterior. Por seu turno, o *saldo corrente* evidenciado em janeiro ascendeu a -14,9 milhões de euros, tendo apresentado uma melhoria de 9,8 milhões de euros face ao período homólogo de 2014. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 971,6 mil euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, enquanto na vertente corrente a *receita* cresceu 10,5%, em termos homólogos, a *despesa* diminuiu -3,1%, fundamentalmente devido à diminuição significativa de encargos com enquadramento em *Outras despesas correntes*, cuja amplitude foi suficiente para anular os acréscimos registados nas despesas com *Transferências correntes* e com *Juros e outros encargos*. O *saldo global* evidenciado no final de janeiro resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou 0,8%, influenciada pela evolução registada ao nível da componente de capital (-99,4%), e de um acréscimo da *despesa efetiva* (2,7%), o qual, foi condicionado no sentido descendente pela evolução das *Outras despesas correntes* (-99,8%), e no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da

informação disponível para o ano de 2015, sobressai que 18,4% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (21,6 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 10,5%, e descendente na componente de capital, materializada numa variação de -99,4% face a 2014, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro) € Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	**66 727,0**	**73 741,7**	**10,5**
Receitas fiscais	21 515,8	29 142,3	35,4
Impostos diretos			
Impostos indiretos	21 515,8	29 142,3	35,4
Outras receitas correntes	45 211,3	44 599,4	-1,4
Receita de capital	**6 432,7**	**38,5**	**-99,4**
Receita efetiva	**73 159,8**	**73 780,2**	**0,8**
Despesa corrente	**91 432,4**	**88 615,7**	**-3,1**
Despesas com o pessoal	24 637,4	25 599,4	3,9
Aquisição de bens e serviços	2 126,7	2 944,6	38,5
Juros e outros encargos	19 908,3	22 459,3	12,8
Transferências correntes	36 280,7	37 223,9	2,6
Administrações Públicas	33 920,1	33 182,4	-2,2
Outras	2 360,6	4 041,4	71,2
Subsídios	369,1	369,1	0,0
Outras despesas correntes	8 110,2	19,3	-99,8
Despesa de capital	**287,1**	**5 577,6**	**1 843,0**
Investimento	87,4	2 227,7	2 449,9
Transferências de capital	199,7	3 350,0	1 577,5
Administrações Públicas	199,7	1 817,7	810,2
Outras		1 532,3	
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	**91 719,4**	**94 193,3**	**2,7**
Saldo global	**-18 559,7**	**-20 413,1**	**-10,0**
Por memória:			
Saldo corrente	-24 705,4	-14 874,0	39,8
Saldo de capital	6 145,7	-5 539,1	-190,1
Saldo primário	1 348,6	2 046,3	51,7
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	796,6	1 395,0	75,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- O *saldo primário* foi de 2,0 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 0,7 milhões de euros relativamente ao ano de 2014;

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 2, fevereiro de 2015 ▪ ISSN 2182-6331

- Verifica-se um agravamento do *saldo de capital*, cristalizado numa variação homóloga de -190,1%;
- A variação homóloga do *saldo global* resulta da trajetória ascendente da *receita*, a par de um acréscimo mais pronunciado da *despesa*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* aumentou, em termos homólogos, 0,6 milhões de euros no final de janeiro de 2015, a *despesa efetiva* aumentou 2,5 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado até final de 2015 de -20,4 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -14,9 milhões de euros e num saldo de capital de -5,5 milhões de euros.

♦ 2.2. Receita

- A *receita efetiva* do Governo Regional variou 0,8% em 2015, em virtude do comportamento evidenciado pelas *receitas fiscais*, que registaram uma variação de 35,4%. As *receitas não fiscais*, por seu turno, evidenciaram um comportamento negativo em janeiro de 2015 (-13,6%), absorvendo, de forma parcial, o efeito da dinâmica evidenciada pelas receitas fiscais. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (35,4%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos sobre o valor acrescentado* (35,4%), em virtude da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas.
- Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -13,6% face a janeiro de 2014 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*, motivada pelo decréscimo na realização de receita proveniente de *Transferências de capital*. Ao nível da componente *corrente*, o decréscimo evidenciado resulta, em larga medida, da evolução verificada ao nível das *Transferências correntes*, das Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE e ao nível da arrecadação de *Taxas, multas e outras penalidades*.
- A *receita fiscal* fixou-se nos 29,1 milhões de euros, no final de janeiro de 2015, refletindo uma variação de 35,4% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada no final de janeiro de 2015 resulta da trajetória ascendente

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 2, fevereiro de 2015 ▪ ISSN 2182-6331

verificada ao nível dos *impostos indiretos* (35,4%);

- Relativamente à receita proveniente da cobrança de *impostos diretos* respeitante a janeiro, assinala-se que a mesma dá entrada nos cofres da Região no mês seguinte ao da respetiva cobrança, pelo que na presente edição a arrecadação de impostos diretos é nula.
- O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO III - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro) € Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita fiscal	**21 515,8**	**29 142,3**	**35,4**
Impostos Diretos	0,0	0,0	0,0
IRS	0,0	0,0	0,0
IRC	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	21 515,8	29 142,3	35,4
ISP	0,0	0,0	0,0
IVA	21 515,8	29 142,3	35,4
ISV	0,0	0,0	0,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	0,0	0,0	0,0
IABA	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0
Imposto de Selo	0,0	0,0	0,0
IUC	0,0	0,0	0,0
Receita não fiscal	**51 644,0**	**44 637,9**	**-13,6**
Receita efetiva	**73 159,8**	**73 780,2**	**0,8**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- *Imposto sobre o Valor Acrescentado* (IVA) – verifica-se um aumento na receita arrecadada em janeiro de 2015 face ao registado em 2014 (35,4%). Esta evolução deriva da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas;
- A restante *receita* proveniente da cobrança de i*mpostos indiretos* referente a janeiro de 2014 dará entrada nos cofres da Região no mês seguinte ao da respetiva cobrança, pelo que, tal como na fiscalidade direta, a realização da receita relativa aos *impostos indiretos*

arrecadados, não se encontra refletida na presente edição.

A ***receita não fiscal*** apresenta uma variação de -13,6%, em grande medida influenciada, no que à componente corrente diz respeito, pela diminuição das *Transferências correntes*, em particular das provenientes do Estado, justificada, fundamentalmente pela alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei das Finanças Regionais e pelas diminuições registadas ao nível da arrecadação de Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE e ao nível da arrecadação de Taxas, multas e outras penalidades. Na componente de capital, a evolução evidenciada ficou a dever-se à diminuição das receitas originadas pelas transferências de capital, em particular das provenientes da União Europeia.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, referente ao período janeiro de 2014 e 2015:

QUADRO IV - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro) € Milhares

	2014	2015	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	**21 515,8**	**29 142,3**	**3,3%**
Receita não fiscal	**51 644,0**	**44 637,9**	**13,0%**
Correntes	**45 211,3**	**44 599,4**	**19,2%**
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	457,8	283,1	5,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	937,6	738,0	2,8%
Rendimentos da Propriedade	0,1	0,0	0,0%
Transferências Correntes	43 359,0	43 010,7	23,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	404,2	406,0	4,4%
Outras Receitas Correntes	52,6	161,6	4,7%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	**6 432,7**	**38,5**	**0,0%**
Venda de Bens de Investimento	0,0	0,0	0,0%
Transferências de Capital	6 230,3	30,4	0,0%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	202,4	8,1	0,3%
Receita efetiva	**73 159,8**	**73 780,2**	**6,0%**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 2.3. Despesa

A *despesa efetiva* acumulada do Governo Regional aumentou 2,7% entre 2014 e 2015, tendo apresentado um grau de execução de 6,3%, mais 1,1 pontos percentuais (p.p.) do que o executado em janeiro de 2014.

QUADRO V - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro) € Milhares

	2014	2015	2014	2015	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	**91 432,4**	**88 615,7**	**6,6**	**7,2**	**-3,1**
Despesas com o pessoal	24 637,4	25 599,4	7,1	7,1	3,9
Remunerações Certas e Permanentes	21 673,2	22 230,0	7,8	7,8	2,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	120,5	210,4	3,9	7,0	74,6
Segurança social	2 843,7	3 159,0	4,3	4,4	11,1
Aquisição de bens e serviços correntes	2 126,7	2 944,6	1,0	1,3	38,5
Juros e outros encargos	19 908,3	22 459,3	5,7	15,0	12,8
Transferências correntes	36 280,7	37 223,9	8,0	7,8	2,6
Administrações Públicas	33 920,1	33 182,4	8,7	8,0	-2,2
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	33 920,1	33 182,4	8,7	8,0	-2,2
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	2 360,6	4 041,4	3,8	6,5	71,2
Subsídios	369,1	369,1	2,7	3,0	0,0
Outras despesas correntes	8 110,2	19,3	59,8	0,3	-99,8
Despesa corrente primária	**71 524,1**	**66 156,3**	**6,9**	**6,1**	**-7,5**
Despesa de capital	**287,1**	**5 577,6**	**0,1**	**2,2**	**1 843,0**
Investimento	87,4	2 227,7	0,1	1,3	2 449,9
Transferências de capital	199,7	3 350,0	0,3	6,1	1 577,5
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	**91 719,4**	**94 193,3**	**5,2**	**6,3**	**2,7**
Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças					
Por memória:					
Ativos financeiros	796,6	1 395,0	1,4	2,7	
Passivos financeiros	0,0	50 000,0	0,0	38,1	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2014 para 2015 foram os seguintes:

- Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 21,6 milhões de euros;

- Aumento das *Despesas com o pessoal,* motivado pela reposição de 20% dos cortes remuneratórios aplicados em janeiro de 2015;
- Acréscimo das despesas com enquadramento na rubrica aquisição de bens e serviços correntes (38,5%), em termos homólogos;
- Aumento da despesa com *Juros e outros encargos* (12,8%) que decorre das condições inerentes ao empréstimo no valor de 150 milhões de euros, destinado a regularizar encargos de anos anteriores;
- Acréscimo das transferências correntes (2,6%);
- Despesa com *subsídios* ascendeu a 0,4 milhões euros em janeiro de 2015;
- Decréscimo de 8,1 milhões de euros na execução da rubrica relativa a *outras despesas correntes*;
- Acréscimo da *Despesa de capital* (5,3 milhões de euros), a que estão associados os aumentos nas despesas com a *Aquisição de bens de capital* (2,1 milhões de euros), em virtude da utilização do empréstimo dos 150 milhões de euros e *Transferências de capital* (3,2 milhões de euros);
- As *Despesas correntes* realizadas até ao final de janeiro de 2015 representam 94,1% do total da *Despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *Despesa corrente* relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 16,3 milhões de euros e a *Despesa corrente primária* corresponde a 70,2% da *Despesa efetiva*. Comparativamente ao período homólogo, as *Despesas correntes* diminuíram o seu peso relativo na D*espesa efetiva* em 5,6 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VI - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro) € Milhares

	2014	2015	Peso na estrutura em 2014
Funções Gerais de Soberania	**4 734,6**	**6 460,1**	**6,9**
Serviços Gerais da Administração Pública	4 287,1	5 928,2	6,3
Segurança e Ordem Públicas	447,5	531,9	0,6
Funções Sociais	**54 026,2**	**59 026,5**	**62,7**
Educação	22 464,7	22 053,1	23,4
Saúde	28 974,6	30 949,4	32,9
Habitação e Serviços Coletivos	1 700,5	2 031,7	2,2
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	886,5	3 992,3	4,2
Funções Económicas	**13 050,5**	**6 247,4**	**6,6**
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2 197,9	2 275,6	2,4
Indústria e Energia	89,2	95,1	0,1
Transportes e Comunicações	8 820,0	1 945,3	2,1
Comércio e Turismo	1 019,5	1 032,0	1,1
Outras Funções Económicas	923,9	899,4	1,0
Outras Funções	**19 908,2**	**22 459,3**	**23,8**
Operações da Dívida Pública	19 908,2	22 459,3	23,8
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	**91 719,4**	**94 193,3**	**100,0**
Por memória:			
Ativos financeiros	796,6	1 395,0	1,5
Funções Gerais de Soberania	62,1	493,6	0,5
Funções Sociais	139,0	154,6	0,2
Funções Económicas	595,5	746,7	0,8
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	0,0	50 000,0	53,1
Outras Funções	0,0	50 000,0	53,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- A apreciação da estrutura da *despesa* pela ótica funcional permite comprovar o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando 62,7% do total, seguindo-se as *outras funções* (23,8%), as *funções gerais de soberania* (6,9%) e as *funções económicas* (6,6%).

- Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *educação* (22,1 milhões de euros) e à *saúde* (30,9 milhões de euros), que representam 37,4% e 52,4% das despesas em *funções sociais*, respetivamente. As despesas com a *educação* diminuíram cerca de 0,4 milhões de euros, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se superior ao do ano anterior em 2,0 milhões de euros.

- Nas *outras funções*, os 22,5 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* –

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 2, fevereiro de 2015 ▪ ISSN 2182-6331

representando um acréscimo de 12,8% face à execução registada em janeiro de 2014;

- Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 6,5 milhões de euros, o que representou uma variação de 36,4% face ao registado até final de janeiro de 2014, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um acréscimo de 38,3%, a condicionarem a evolução registada;
- As despesas com as *funções económicas* decresceram em 2015, face à realização de 2014, cristalizando uma diminuição de 6,8 milhões de euros em termos homólogos;
- No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 32,6 milhões de euros, dos quais 94,9% correspondem a *transferências correntes* (destinadas maioritariamente à área da Saúde). Por sua vez a despesa realizada pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, ascende a 26,2 milhões de euros, dirigidos, fundamentalmente, a despesas associadas ao pagamento de *Juros e outros encargos*. Segue-se a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 25,7 milhões de euros (*Despesa efetiva*), dos quais 74,8% dizem respeito às *Despesas com o pessoal*. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 0,1 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (85,0%). As *transferências* para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 1,2 milhões de euros em janeiro de 2015.

O quadro VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, n.º 2, fevereiro de 2015 ▪ ISSN 2182-6331

QUADRO VII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro)

€Milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	**1 207,9**	**98,3**	**2 321,7**	**25 740,6**	**2 469,6**	**1 390,3**	**31 221,5**	**24 165,7**	**88 615,7**
Despesas com o pessoal	0,0	83,5	1956,8	1393,7	2 064,4	703,1	164,8	19 233,2	25 599,4
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	65,8	1562,9	1109,4	1645,8	568,2	132,1	17 145,9	22 230,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	2,0	20,0	26,9	16,2	1,7	0,0	143,6	210,4
Segurança social	0,00	15,7	374,0	257,4	402,4	133,1	32,6	1943,7	3 159,0
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	14,8	233,0	1702,3	43,9	293,2	84,6	572,8	2 944,6
Aquisição de bens	0,00	3,5	0,3	65,3	0,0	0,1	0,6	25,2	95,0
Aquisição de serviços	0,00	11,3	232,7	1636,9	43,9	293,1	84,0	547,7	2 849,6
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	22 459,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22 459,3
Transferências correntes	1207,9	0,0	131,9	179,9	348,6	24,6	30 972,1	4 358,9	37 223,9
Administrações Públicas	1207,9	0,0	111,5	176,1	348,6	0,0	30 928,8	409,5	33 182,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	1207,9	0,0	111,5	176,1	348,6	0,0	30 928,8	409,5	33 182,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	20,4	3,8	0,0	24,6	43,3	3 949,4	4 041,4
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	369,1	0,0	0,0	369,1
Outras despesas correntes	0,0	0,0	0,0	5,5	12,7	0,3	0,0	0,8	19,3
Despesa de capital	**0,0**	**0,0**	**2 135,9**	**506,8**	**0,0**	**0,0**	**1 402,7**	**1 532,3**	**5 577,6**
Investimento	0,0	0,0	1720,9	506,8	0,0	0,0	0,0	0,0	2 227,7
Transferências de capital	0,0	0,0	415,0	0,0	0,0	0,0	1402,7	1532,3	3 350,0
Administrações Públicas	0,0	0,0	415,0	0,0	0,0	0,0	1402,7	0,0	1817,7
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	0,0	0,0	415,0	0,0	0,0	0,0	1402,7	0,0	1817,7
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1532,3	1532,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	**1 207,9**	**98,3**	**4 457,6**	**26 247,4**	**2 469,6**	**1 390,3**	**32 624,2**	**25 698,0**	**94 193,3**
Por memória:									
Ativos financeiros		0,0	0,0	493,6	0,0	746,7	154,6	0,0	1395,0
Passivos financeiros		0,0	0,0	50 000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50 000,0
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9 788,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

♦ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5, do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

♦ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:

- ADERAM - Agência de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
- CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira;
- IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
- SESARAM - Serviço Regional de Saúde, EPE;
- ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
- Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.

♦ Por outro lado, em 2015, as transferências para o SESARAM, EPE e para a IHM, EPERAM, passam a ser processadas diretamente pela tutela, a SRAS, estando assim excluídas da presente análise dos SFA, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto a este subsetor.

♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até 31 de janeiro de 2015, situou-se em milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *pessoal* (8,6 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (7,3 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (0,5 milhões de euros) e com *transferências correntes* (0,7 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 17,2 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* – que totalizou 5,8 milhões de euros – contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de janeiro. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 24,3 milhões de

euros, enquanto a componente de capital ascendeu a 1,4 milhões de euros.

- Verifica-se uma melhoria no *saldo global* das EPR de 2,7 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte. Excluindo contudo desta análise as novas EPR (integradas no ORAM de 2015), o saldo de janeiro é de -5,6 milhões de euros, o que expressa uma melhoria de 13,2 milhões de euros.

QUADRO VIII - Saldo Global do Subsetor - EPR € Milhares

	dezembro	janeiro comparável	janeiro Total
Empresas Públicas Reclassificadas	-18 782,7	-5 618,4	2 697,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 9,0 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional* (APR), que atingiram 12,1 milhões de euros, o que representa 61,5% da *receita efetiva*. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital no ano de 2015 (87,3%), sendo que, na componente corrente, 73,8% provêm das *transferências* da APR. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a a*quisição de bens e serviços correntes* e com o *pessoal*, que representaram 97,6% da *despesa efetiva*.

O quadro IX reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO IX - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	**9 003,5**	**2 697,7**	**11 701,2**
Por memória:			
Despesa primária	10 679,7	22 480,9	33 160,6
Saldo primário	9 003,6	3 175,4	12 179,0
Saldo corrente	8 705,6	7 089,0	15 794,7
Saldo de capital	297,8	-4 391,3	-4 093,5
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	11,8	26,1	37,9
dos quais Receitas de:	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	7 484,1	7 484,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a 2015 totalizou 11,7 milhões de euros, em virtude dos resultados positivos evidenciados tanto pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a 2,7 milhões de euros, como pelos SFA, cujo saldo atingiu 9,0 milhões de euros. Os saldos, *corrente* e de *capital,* atingiram, respetivamente, 15,8 e -4,1 milhões de euros.

A *despesa primária* fixou-se nos 33,2 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 12,2 milhões de euros.

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	**16 416,2**	**24 251,9**	**40 668,1**
Impostos diretos	70,9	0,0	70,9
Impostos indiretos	5,0	0,0	5,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	225,0	1 133,0	1 358,1
Transferências Correntes	15 535,1	21 223,7	36 758,8
União Europeia	3 228,0	92,7	3 320,7
Outras transferências	12 307,1	21 131,0	33 438,1
Venda de bens e serviços correntes	378,4	1 001,4	1 379,8
Outras Receitas Correntes	201,6	893,8	1 095,4
Receita de capital	**3 267,1**	**1 404,5**	**4 671,6**
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	3 266,8	1 402,7	4 669,5
União Europeia	2 851,8	0,0	2 851,8
Outras transferências	415,0	1 402,7	1 817,7
Outras Receitas de Capital	0,3	1,8	2,1
Receita efetiva	**19 683,3**	**25 656,4**	**45 339,6**
Despesa corrente	**7 710,6**	**17 162,8**	**24 873,4**
Despesas com o pessoal	2 195,2	8 635,2	10 830,4
Aquisição de bens e serviços	2 604,7	7 293,2	9 898,0
Juros e outros encargos	0,1	477,7	477,8
Transferências correntes	2 656,7	719,6	3 376,3
Outros subsetores das Administrações Públicas	130,1	0,0	130,1
Outras transferências	2 526,6	719,6	3 246,2
Subsídios	253,1	0,0	253,1
Outras despesas correntes	0,7	37,1	37,8
Despesa de capital	**2 969,3**	**5 795,8**	**8 765,1**
Investimento	0,8	5 795,8	5 796,6
Transferências de capital	2 968,4	0,0	2 968,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	**10 679,8**	**22 958,6**	**33 638,5**
Saldo global	**9 003,5**	**2 697,7**	**11 701,2**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O quadro XI apresenta os saldos de janeiro dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XI - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)
	janeiro 2015	janeiro 2015
Saldo global	**11 065,0**	**-8 711,9**
Por memória:		
Saldo corrente	14 903,6	920,7
Despesa corrente primária	40 684,3	57 369,4
Saldo corrente primário	37 363,1	23 857,9
Saldo de capital	-3 838,6	-9 632,6
Despesa primária	47 413,5	69 894,4
Saldo primário	33 524,5	14 225,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a 14,9 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -3,8 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 33,5 milhões de euros em janeiro de 2015.
- Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada em janeiro de 2015 foi de 81,2 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 80,3 milhões de euros.

  No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 2,9 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 12,5 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos* e *passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 84,1 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 92,8 milhões de euros.
- No quadro XIV está expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)	Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)
	janeiro 2015	janeiro 2015
Receita corrente	**78 047,4**	**81 227,3**
Impostos diretos	70,9	70,9
Impostos indiretos	29 147,4	29 147,4
Contribuições de Segurança Social	283,1	283,1
Outras receitas correntes	48 546,1	51 726,0
Transferências correntes	46 435,3	46 587,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	43 116,9	43 167,1
Receita de capital	**2 890,6**	**2 892,4**
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	2 882,1	2 882,1
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	0,0
Receita efetiva	**80 938,0**	**84 119,7**
Despesa corrente	**63 143,8**	**80 306,6**
Consumo público	33 364,0	49 329,5
Despesas com o pessoal	27 794,7	36 429,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	5 569,3	12 899,6
Subsídios	622,2	622,2
Juros e outros encargos	22 459,5	22 937,2
Transferências correntes	6 698,1	7 417,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	130,1	130,1
Despesa de capital	**6 729,2**	**12 525,0**
Investimento	2 228,5	8 024,3
Transferências de capital	4 500,7	4 500,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	107,7	107,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	**69 873,0**	**92 831,6**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- O p*assivo* acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de janeiro de 2015, ascendia a 1 288,1 milhões de euros, dos quais, 69,5% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 7,3% do montante do *passivo* verificado;
- Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de janeiro de 2015, correspondem a 422,3 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (58,5%) e às EPR (41,2%);
- Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 40,4% do total do Passivo e 67,3% dos pagamentos em atraso;
- Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de janeiro de 2015, no que à *dívida não financeira* diz respeito, sendo de salientar que os valores de 2015 (desde o stock inicial) integram a informação das novas EPR (+219,8 milhões de euros de passivos e 108,5 milhões de euros de pagamentos em atraso):

QUADRO XIII - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Total	janeiro de 2015			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período					
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
Despesas Correntes	**1 108 695,57**	**761 325,18**	**333 212,39**	**3,27%**	**-0,01%**	**-1,38%**
Despesas com Pessoal	24 833,82	7 119,75	51,69	9,33%	41,06%	0,07%
Aquisições de Bens e Serviços	520 404,61	481 913,21	284 329,84	7,33%	-0,03%	1,26%
Juros e outros encargos	365 701,01	81 794,46	45 745,83	0,79%	4,92%	-13,30%
Transferências Correntes	190 612,15	183 628,52	3 065,49	-2,72%	-2,94%	-27,92%
Subsídios	6 869,37	6 597,37	0,00	-1,99%	-4,09%	0,00%
Outras Despesas Correntes	274,61	271,88	19,53	21,35%	21,61%	3,73%
Despesas de Capital	**179 403,92**	**169 651,26**	**89 099,00**	**-2,08%**	**2,15%**	**-4,47%**
Aquisições de Bens de Capital	116 994,07	112 984,26	88 711,78	-0,88%	-0,92%	-4,49%
Transferências de Capital	62 409,85	56 667,01	387,22	-4,24%	8,85%	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**1 288 099,49**	**930 976,45**	**422 311,39**	**2,49%**	**0,38%**	**-2,05%**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XIV - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Governo Regional	janeiro de 2015			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	**766 516,08**	**457 519,47**	**200 215,74**	**4,45%**	**-0,09%**	**-4,28%**
Despesas de Capital	**128 174,01**	**121 346,22**	**46 829,76**	**-3,54%**	**2,24%**	**-20,92%**
Total	**894 690,09**	**578 865,69**	**247 045,50**	**3,22%**	**0,39%**	**-7,95%**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XV - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	janeiro de 2015			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	**93 092,88**	**87 509,10**	**1 133,40**	**3,44%**	**0,96%**	**1,41%**
Despesas de Capital	**1 143,15**	**1 143,15**	**0,00**	**0,22%**	**0,22%**	**0,00%**
Total	**94 236,03**	**88 652,25**	**1 133,40**	**3,40%**	**0,95%**	**1,41%**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	janeiro de 2015			Variação face ao stock inicial		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	**249 086,61**	**216 296,61**	**131 863,25**	**-0,26%**	**-0,20%**	**3,33%**
Despesas de Capital	**50 086,76**	**47 161,90**	**42 269,24**	**1,82%**	**1,94%**	**24,15%**
Total	**299 173,37**	**263 458,51**	**174 132,48**	**0,09%**	**0,17%**	**7,72%**

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

♦ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro) 5

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro) 7

QUADRO III - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro) 9

QUADRO IV - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro) 10

QUADRO V - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro) 11

QUADRO VI - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro) 13

QUADRO VII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro) 15

QUADRO VIII - Saldo Global do Subsetor - EPR 17

QUADRO IX - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro) 18

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro) 19

QUADRO XI - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR 20

QUADRO XII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR 21

QUADRO XIII - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) 22

QUADRO XIV - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) 23

QUADRO XVI - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) 23

QUADRO XVI - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de janeiro de 2015 (valores acumulados) 23

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2015
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita
PERIODICIDADE: Mensal
ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)
DATA: fevereiro de 2015
LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 **| Fax** 291238115 **| Contribuinte** 671001310 **|**
Página institucional: http://srpf.gov-madeira.pt **| E-mail:** droc.srpf@gov-madeira.pt

PLANO FINANÇAS

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS